

A EDUCAÇÃO DO CAMPO EM UMA PERSPECTIVA AGROECOLÓGICA NO ASSENTAMENTO ZUMBI DOS PALMARES – MARI – PB

Lenira Lins da Silva¹
Juliane Faustino da Silva²
Dr. Edvaldo Carlos de Lima³

RESUMO

A discussão referente ao meio ambiente e as práticas de desenvolvimento sustentável também precisam estar integradas a educação do campo, a preocupação a respeito da preservação do espaço como um todo, deve estar na pauta de abordagem dessas instituições. Este trabalho tem por objetivo analisar e evidenciar os princípios do manejo dos recursos naturais do Assentamento Zumbi dos Palmares no Município de Mari-PB. A preservação dos lençóis freáticos e veios d'água que estão presentes na superfície e no subsolo são uma preocupação dos camponeses que procuram manter uma produção agroecológica, sem uso de agroquímicos. Colaborando assim, para a preservação dessas nascentes e de todo conjunto de recursos naturais. Os procedimentos metodológicos pautaram-se em pesquisa de campo, entrevistas com os camponeses integrantes do assentamento, registros fotográficos e levantamento bibliográfico das obras de autores que abordam a presente temática. Os resultados obtidos permitem inferir que o Assentamento Zumbi dos Palmares ao elencar a preservação do meio ambiente e desenvolver práticas de desenvolvimento sustentável, promove a autonomia e a preservação não só ao que concerne a produção agrícola, mas também permite que a instituição de ensino inserida no assentamento tenha a possibilidade de utilizar a agroecologia como metodologia de ensino. Assim, observa-se como abordagens referentes a sustentabilidade por parte das comunidades do campo permite a integração do todo, que perpassa desde a produção agroecológica até as instituições de ensino.

Palavras-chave: educação do campo, agroecologia, meio ambiente, sustentabilidade.

INTRODUÇÃO

A educação do campo é um paradigma que vem ganhando espaço na sociedade atual, evidenciando a importância da educação como elemento para o desenvolvimento do campo. Visando atribuir um novo paradigma que contemple a realidade das escolas do campo, visto

¹ Graduanda em Geografia pela Universidade Estadual da Paraíba Campus III - Guarabira. Membro do CEAT-Centro de Estudos Agrários e do Trabalho. Bolsista PIBIC, sob orientação do Professor Dr. Edvaldo Carlos de Lima, E-mail: Leniralins.gba@gmail.com

² Graduanda em Geografia pela Universidade Estadual da Paraíba Campus III-Guarabira. Membro do Centro de Estudos Agrários e do Trabalho. Bolsista PIBIC, sob orientação do Professor Dr. Edvaldo Carlos de Lima, E-mail: julianefaustino12@gmail.com

³ Professor do Departamento de Geografia da Universidade Estadual da Paraíba - Campus III – Guarabira. Coordenador do CEAT – Centro de Estudos Agrários e do Trabalho; orientador E-mail: edvaldo.edvlima@gmail.com

que, os movimentos sociais visam implementar processos de formação humana, baseado no trabalho e nas formas de produção sustentáveis atreladas a educação.

Da mesma forma, a agroecologia como metodologia nas escolas do campo busca contribuir para ruptura do modelo de educação atual, que tem como base interesses capitalistas. Com isso, trabalhar a perspectiva agroecológica é pensar em um novo modelo de sociedade. Considerando, que é no contexto marcado por uma rápida expansão do agronegócio, que a agroecologia assume o papel de construir um novo projeto de desenvolvimento econômico e social. Todavia, é possível identificar que a educação do campo abrange um conjunto de propostas educacionais na perspectiva agroecológica.

Diante das intempéries existentes no campo brasileiro, um fator que permanece em evidência, é a luta dos movimentos sociais, principalmente a do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que vem lutando para estabelecer uma agricultura limpa. Esse processo ocorre de forma lenta, estruturada na educação do campo e fundamentada em princípios agroecológicos. O objetivo é propor um modelo sustentável de agricultura no espaço rural, que seja elemento de valorização da agricultura camponesa antagônica a capitalista.

Diante do contexto atual e da importância da temática abordada, o objetivo deste trabalho está pautado em analisar a educação do campo na perspectiva agroecológica. Buscando evidenciar os princípios do manejo dos recursos naturais do Assentamento Zumbi dos Palmares no Município de Mari-PB. Enquanto metodologia, optamos por utilizar em primeiro momento uma pesquisa bibliográfica com respaldo teórico em autores que abordam a temática da educação do campo e agroecologia. Como referencial teórico podemos destacar por exemplo: Caldart (2012), Guhur e Toná (2012), Villar (2013) entre outros autores. Atrelado a isto, a pesquisa em campo foi fundamental para constatar as informações presentes neste trabalho.

Portanto, a agroecologia enquanto princípio da educação do campo vem ganhando espaço nas discussões referentes a temática. Havendo assim, uma necessidade de compreender as interfaces da educação do campo integrada a agroecologia, e como esta proposta vem interferindo no processo de desenvolvimento do Assentamento Zumbi dos Palmares e valorização da agricultura camponesa enquanto produção sustentável.

METODOLOGIA

Os procedimentos e caminhos metodológicos utilizados para dar embasamento ao presente trabalho pautaram-se na busca, pesquisa e análise da revisão bibliográfica de alguns

autores que abordam em suas obras o tema central da presente temática ou temas relacionados a mesma. Sejam eles, meio ambiente, educação do campo, assentamentos de reforma agrária, sustentabilidade e etc.

Optou-se então, pela utilização de pesquisa de campo para observação das questões e temáticas relacionadas ao meio ambiente e a sustentabilidade do Assentamento Zumbi dos Palmares em Mari-PB, e como essas questões estão inseridas no contexto das escolas do campo do referido assentamento, e de que forma a agroecologia, a sustentabilidade e a preservação do meio ambiente podem estar atrelados a dinâmica das instituições de ensino do campo.

Além disso, foram aplicados na pesquisa de campo, questionários abertos direcionados aos professores e membros da administração da escola e também aos moradores da referida comunidade, gravações em áudio e registros fotográficos também foram utilizados. Dessa forma, tem-se a pesquisa de campo com indispensável para elaboração da presente discussão.

EDUCAÇÃO DO/NO CAMPO

Diante da diversidade e pluralidade existente no âmbito social, a educação em toda sua conjuntura apresenta-se de maneira plural e heterogênea, elaborada no intuito de atender a toda e qualquer realidade e aos mais diversos espaços existentes. É necessário então, considerar e analisar o processo educativo a partir de uma perspectiva cultural, social, política e econômica. Logo, é necessário o entendimento de que a escola é um importante espaço de construção e reconhecimento pessoal, de identidade, voltada a atender as especificidades e particularidades existentes. Neste sentido

Os processos educativos se desenvolvem a partir de diferentes configurações. A pluralidade de espaços, tempos e linguagens deve ser não somente reconhecida, como promovida. A educação não pode ser enquadrada numa lógica unidimensional, aprisionada numa institucionalização específica. É energia de vida, de crescimento humano e de construção social. O importante é seu horizonte de sentido: formar pessoas capazes de ser sujeitos de suas vidas, conscientes de suas opções, valores e projetos de referência e atores sociais comprometidos com um projeto de sociedade e humanidade. (CANDAUI, 2008, p. 13).

Dessa forma, o âmbito educacional se configura em um espaço que pode ir além da função de ensinar, podendo proporcionar ao aluno uma formação cidadã que tenha como base

e princípio o seu cotidiano, sua realidade. Além do ensino e da aprendizagem em si, devem ser consideradas questões como interculturalidade e multiculturalismo na escola, ou seja, as particularidades de cada realidade referentes as comunidades e contextos sociais em que as instituições de ensino estão inseridas.

Nesse contexto se insere a educação do/no campo, resultado das históricas lutas dos movimentos sociais no campo, como é o caso do MST, de ativismo político social que une forças para promover dignidade e qualidade de vida no campo, com acesso a terra por parte dos camponeses, tendo como principal foco o trabalhador do campo e a Reforma Agrária.

Mas a trajetória do MST foi produzindo um alargamento das concepções e das tarefas tanto de formação como da educação que hoje elas, em muitos momentos, se entrelaçam, ainda que sem perder sua especificidade. Na prática, afinal, o centro das preocupações de ambas está na formação humana, desdobradas em questões específicas da formação dos sujeitos sem-terra e dos lutadores do povo, conforme ela aconteça em um outro tempo da vida, na escola ou em outros lugares. (CALDART, 2012, p. 284).

A educação do campo procura então estabelecer suas especificidades e particularidades por meio de princípios, no intuito de fundamentar os preceitos que circundam o âmbito educacional no campo, buscando evidenciar a importância que ela tem enquanto função social, que se integra a sociedade de forma a contribuir positivamente para uma educação que faça a diferença e que possa abranger toda a conjuntura da comunidade em que a escola possa estar inserida.

A escola vinculada e integrada ao cotidiano do aluno, caracteriza uma questão importante, que é a de proporcionar aos sujeitos do campo, autonomia e emancipação, podendo a partir disso corroborar para que haja uma formação educacional centrada no processo de reconhecimento e de construção de uma identidade que seja condizente com a realidade e meio que o cerca. Logo, o diálogo é de extrema importância nesse processo, pois a comunidade e a escola precisam estar próximas e intimamente correlacionadas.

Dessa forma, há a necessidade por parte da conjuntura da educação do campo de analisar e de fazer um resgate histórico das vivências e lutas no campo, no intuito de situar o aluno a respeito do espaço que o cerca, uma vez que a conjuntura atual de uma determinada comunidade, é resultado dos saberes construídos socialmente e em uma perspectiva histórica.

Muitas são as dificuldades a serem superadas pela educação do campo, o acentuado processo de exclusão que os povos do campo sofreram ainda se reflete na contemporaneidade. Assim, a educação pensada pelos movimentos sociais visa para a comunidade uma conformidade e equilíbrio entre o espaço em que a escola está inserida, no caso a realidade agrária, e a própria conjuntura educacional.

Segundo Caume (2006), antes das lutas efetivas por uma educação do campo por parte do MST, principalmente nos assentamentos de Reforma Agrária, as escolas tinham a função prioritária de dar ocupação as crianças. Essa conjuntura se desfaz ao passo que a ideia de uma educação que tenha função social e que dê retorno para a sociedade se institui. Logo, as mães juntamente com as professoras desencadeiam as primeiras discussões a respeito de escolas que de fato, proporcionem uma formação mais sólida e que sobretudo, possa dar retorno em um futuro não distante.

A essa conjuntura se incorpora a formação dos professores para atuar nessas instituições, pois devem estar preparados para atender as especificidades da realidade do campo, integrando ao ensino, metodologias que possam vir a ajudar no processo de ensino e aprendizagem dos discentes como a agroecologia, com práticas de produção agrícola que evidenciem acima de tudo com o meio ambiente.

ASPECTOS AGROECOLÓGICOS E EDUCAÇÃO DO CAMPO

A agroecologia é um paradigma considerado recente, surgindo por volta de 1930, estabelecendo um novo conceito de agricultura. Este conceito está voltado para o desenvolvimento agrícola sustentável considerando várias dimensões ecológicas, econômicas e socioculturais no campo brasileiro. Segundo Gubur e Toná (2012), este termo se popularizou apenas nos anos 80, como viés sociológico voltado para análise dos agroecossistemas.

Pode-se dizer então, que avaliar este modelo de produção nos ajuda entender à trajetória do surgimento da agricultura sustentável como fator contraditório a agricultura convencional. Neste contexto, fica claro que a grande preocupação presente nesta ciência não se restringe apenas aos problemas com doenças, pragas e o solo, mas, com o conjunto que forma o agrossistema. Como bem nos assegura Gubur e Toná (2012), a partir dos anos 70 a agricultura passou por intensas transformações como resultado dos pacotes tecnológicos criados na revolução verde, promovendo a transição da agricultura tradicional para uma agricultura com

técnicas modernas, conhecida atualmente como agronegócio. Não é exagero afirmar que através do surgimento desse modelo de agricultura, ocorreu a expansão da produção de alimentos no que se referem as diversas fronteiras agrícolas existentes.

Assim, preocupa o fato de que o agronegócio está provocando sérios problemas ambientais, isso porque a agricultura capitalista vem importunando uma série de malefícios, através de tecnologias agressivas e uso excessivo de agrotóxicos, monoculturas e sementes transgênicas em prol do lucro (COSTA,2018).

Conforme explicado acima é interessante, aliás, afirmar, que a agroecologia se contrapõe ao agronegócio, se sobrepondo a busca pelo entendimento dos vários processos que constituem o funcionamento das unidades de produção existentes na extensão rural. Assim, requer levar em consideração, práticas tradicionais e os conhecimentos empíricos acumulados pelos próprios agricultores. Deste modo não parece haver razão para discordar da agroecologia enquanto alternativa de fortalecimento econômico, social e territorial da agricultura camponesa. Desta forma, os movimentos sociais do campo vêm abordando em seus discursos este modelo de produção como estratégia política de desenvolvimento para o campo e a sociedade.

Conforme Tadin e Guhur (2019), a prática agroecológica enquanto modelo de produção está sendo disseminada no contexto atual, derivando de uma nova relação entre o homem e a natureza em confronto com o agronegócio. Os autores deixam claro que se trata inegavelmente de uma tentativa de estabelecer a sustentabilidade atrelada ao desenvolvimento social e econômico promovendo a manutenção da soberania alimentar no meio rural.

Na realidade, a educação do campo se reveste de particular importância no estabelecimento desta nova concepção de desenvolvimento territorial e organizacional dos assentamentos. Sob essa ótica, ganha relevância a adoção da agroecologia como metodologia de ensino, bem como a necessidade da formação de professores para trabalhar com esta nova dimensão. Este novo paradigma é compreendido não apenas como um princípio educativo, mas como elemento de valorização da agricultura camponesa defendida pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) dentro da luta pela Reforma Agrária.

Pode-se dizer que foi a partir da construção de uma relação didática e metodológica ligada aos fundamentos da agroecologia, que emerge a educação do campo como uma ponte para o ensino de um modelo agrícola sustentável. Neste contexto, fica claro a existência da necessidade de valorizar a produção camponesa. O mais preocupante, contudo, é constatar que a agroecologia continua sendo considerada um termo estático, visto que, ela tem sua

importância dentro dos movimentos sociais do campo principalmente na via campesina, MST entre outros. Isso porque envolve um conjunto de características culturais, sociais e econômicas específicas, antagônicas a agricultura capitalista.

Ora, em tese, é necessário considerar a realidade social e cultural, local para de fato a educação do campo ser estabelecida enquanto um modelo educacional que preze à realidade sócio-econômico-ambiental. É importante considerar que a agroecologia vem se firmando como um paradigma junto a educação do campo como resultado das lutas que envolvem camponeses sem-terra, indígenas e outras organizações não governamentais. Isso porque diante do rápido processo de desenvolvimento do modelo socioeconômico atual, afeta as várias categorias sociais existentes no campo brasileiro. Neste caso, faz-se pertinente evidenciar a participação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) que luta contra a hegemonia capitalista ao introduzir dentro da sua luta, a preocupação com os aspectos educacionais interligados aos agroecológico, inserido nas escolas que trabalham com educação do campo.

De acordo com os autores Guhur e Toná as concepções agroecológicas compõem um conjunto de estratégias contra o agronegócio como está explicito abaixo.

Nessa concepção, 'a agroecologia inclui: o cuidado e defesa da vida, produção de alimentos, consciência política e organizacional'. Compreende-se que ela seja inseparável da luta pela soberania alimentar e energética, pela defesa e recuperação de territórios, pelas reformas agrária e urbana, e pela cooperação e aliança entre os povos do campo e da cidade. A agroecologia se insere, dessa maneira, na busca por construir uma sociedade de produtores livremente associados para a sustentação de toda a vida, sociedade na qual o objetivo final deixa de ser o lucro, passando a ser a emancipação humana (GUHUR, TONÁ, 2012, p.66).

Os autores deixam claro na fala acima, que o foco da agroecologia está no desenvolvimento de uma agricultura sustentável. Esse é o motivo pelo qual é importante frisar esse ponto, uma vez que há a necessidade de alimentar o desejo de uma preservação ambiental para além do interesse meramente econômico. Por isso, orientar uma luta social e política atrelada ao assistencialismo direcionado aos agricultores em uma visão ecológica, seria na verdade, uma forma de lutar contra os avanços das corporações agroindustriais hegemônicas que avançam no espaço rural.

Sendo assim, a agroecologia inserida na educação do campo como princípio educativo permite uma troca de conhecimento entre os alunos, professores e agricultores interessados no

desenvolvimento de uma agricultura agroecológica preocupada com o meio ambiente. Desta forma, há uma preocupação por parte do MST, inserido em uma luta histórica de transição agroecológica, através da compreensão da necessidade das famílias camponesas em retomar seu território de produção e manutenção da soberania alimentar.

A educação do campo vem assumindo o papel de formar pessoas conscientes da urgência em pensar formas de estabelecer uma relação entre homem e natureza. Consciência essa, que foi perdida a partir da entrada do capitalismo no campo. O objetivo é estabelecer uma nova sociedade consciente e com princípios agroecológicos.

GESTÃO AGROECOLÓGICA NO ASSENTAMENTO ZUMBI DOS PALMARES

Um dos princípios fundamentais do manejo de recursos naturais no Assentamento Zumbi dos Palmares é a preservação dos lençóis freáticos e veios d'água que estão presentes na superfície e no subsolo. Os camponeses de algum modo mantêm preservadas as nascentes no momento em que o lençol freático atinge a superfície. Apesar da falta de proteção nas áreas de nascentes, os camponeses mantêm estes recursos livres de contaminações agroquímicas.

Através dos estudos realizados no Assentamento Zumbi situado em área de Reforma Agrária, é possível afirmar que o mesmo é constituído como um espaço de luta e resistência das famílias assentadas que buscam condições dignas de vida. Desta forma, o modelo característico de produção que marca o assentamento é a produção agroecológica, influenciando principalmente na saúde dos camponeses e refletindo diretamente na proteção ambiental. Isso demonstra preocupação com a gestão dos recursos naturais no assentamento e a atenção referente aos riscos do uso de agrotóxicos nas lavouras. Visto que, é uma das principais formas de contaminação do solo e fontes de água de acordo com CUNHA (2011).

O Assentamento Zumbi, possui 1.200 hectares subdividido em lotes para 82 famílias, que residem no local. Atualmente, 20% da área não ocupada obrigatoriamente deve ser conservada como área de preservação, tanto da vegetação nativa como das nascentes de água doce. Assim, as famílias não podem cultivar ou colocar animais nessas áreas. Na figura 1 e 2 destacadas a seguir, há uma nascente de água doce conhecida popularmente como olho d'água, no qual os moradores vem tentando mantê-la preservada e sem contaminação por dejetos, produtos agroquímicos e lixo, embora não apresente estratégias aos arredores da fonte para evitar contaminações na mesma.



Figura 1: Área de preservação de uma nascente no Assentamento Zumbi dos Palmares.

Fonte: Trabalho de Campo, 2019.



Figura 2: Área de preservação de uma nascente no Assentamento Zumbi dos Palmares.

Fonte: Trabalho de Campo, 2019.

Neste espaço composto por famílias inseridas no Programa de Reforma Agrária, é importante salientar que a produção agrícola do assentamento caracteriza-se por ter uma vertente agroecológica, portanto, diversificada e rica em variedades de produtos como por exemplo: feijão, milho, batata doce, hortaliças, frutíferas e macaxeira considerada o principal produto. Todos estão livres de agrotóxicos, popularmente conhecido como veneno. Combatido pelo movimento que está a frente do assentamento, no caso o MST.

Geralmente, as plantações são realizadas aos redores das residências para subsistência das famílias, ou em áreas coletivas destinadas a cooperativa do assentamento, em seguida o lucro é dividido entre os produtores. Enquanto técnica, é utilizado o sistema de rotação e consórcio, envolvendo várias culturas no mesmo espaço trabalhadas em conjunto utilizando roça manual e cultivo utilizando trator. Grande parte é produzida de forma artesanal, resultando em uma produção limitada que não condiz com o potencial produtivo do assentamento.

Com relação ao manejo da terra o mesmo ocorre de forma manual, as ferramentas são enxadas, foices e as vezes trator, algumas produções recebem irrigações com o sistema de gotejamento, como as hortas. Os defensores agrícolas são naturais e desenvolvidos pelos próprios camponeses para eliminar pragas e doenças nas lavouras. Além, de contribuir para a preservação do solo, fauna, flora e dos lençóis freáticos. Os alimentos saudáveis influenciam na saúde da própria comunidade e as pessoas que compram estes produtos nas feiras livres na cidade de Mari e outras cidades circunvizinha.

As imagens 3 e 4, referem-se ao cultivo de uma horta orgânica no lote de um dos moradores que entrevistamos. É interessante deixar claro que esses produtos são direcionados para o consumo próprio, o excedente são comercializado nas feiras livre e através de

atravesadores. Também são fornecidos para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) inclusive a escola do assentamento faz parte deste programa.



Figura 3: Cultivo de horta orgânica no Assentamento Zumbi dos Palmares.

Fonte: Trabalho de Campo, 2019.



Figura-4: Cultivo de horta orgânica no Assentamento Zumbi dos Palmares.

Fonte: Trabalho de Campo, 2019.

O Setor da Educação no MST, vem lutando para implantar esta prática na grade curricular das escolas do campo. Porém, não vem sendo um trabalho fácil, pois requer formação do corpo docente e projetos para desenvolver a agroecologia como metodologia, vinculado ao projeto de Reforma Agrária. A alguns anos o movimento vem idealizando este projeto com matriz voltada para a defesa da vida, afim de estabelecer uma relação entre campo e cidade.

Todos os aspectos abordados anteriormente fazem parte da perspectiva agroecológica, a preocupação com o solo, fauna, flora, e produção de alimentos saudáveis que podem ser empregados como conteúdos da agroecologia. Visto que, faz parte da realidade dos educandos, camponeses do Assentamento Zumbi dos Palmares. A escola que recebe o mesmo nome do assentamento, é legalmente reconhecida como Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Zumbi dos Palmares, a mesma vem tentando implantar uma perspectiva interdisciplinar utilizando temas transversais com conteúdos agroecológicos estabelecendo um diálogo com os currículos contribuindo no processo ensino-aprendizagem.

Várias temáticas podem ser abordadas para construir junto aos alunos conhecimentos com vertente agroecológica e manutenção do desenvolvimento sustentável no assentamento, como por exemplo: conhecimentos tradicionais dos camponeses em relação a agricultura, produção agroecológica dos alimentos produzidos nos lotes, produção de sementes crioulas, conservação das nascentes e à problemática da utilização de agrotóxicos. Além, desses pontos que podem ser trabalhados, o cultivo de hortas orgânicas na escola, enquanto ferramenta metodológica é imprescritível, para que as crianças compreendam desde cedo todo o processo

do manejo e preparação correta da terra, como o cultivo do alface, coentro, couve, tomates e etc. Através da horta é plausível ensinar valores culturais, sociais e ambientais, e também Ciências, Geografia, Matemática e outros componentes curriculares de forma prática.

Entretanto, desenvolver a agroecologia como metodologia na Escola Zumbi dos Palmares é um desafio, considerando a necessidade da formação e capacitação do conjunto pedagógico para implementar práticas agroecológicas na escola, atrelado a isso, uma infraestrutura adequada. A própria realidade do educando pode ser utilizada neste processo, já que faz parte do seu cotidiano e familiares.

Segundo Caldart (2015), existe uma razão para buscar estabelecer uma educação do campo ligada a agroecologia nas escolas, seria a valorização das diferentes dimensões da vida e especificamente em sua ampla diversidade. A escola Zumbi, inserida em uma realidade de Reforma Agrária, vem lutando para implantar a agroecologia nos currículos, isso significa que a escola têm o grande desafio de formar cidadãos conscientes da necessidade e importância da hegemonia da agricultura camponesa.

Dada à importância do tema, portanto, torna-se necessário o desenvolvimento de projetos que visem à formação de educadores capacitados para atuar neste contexto, assim possam desencadear habilidades e competências para garantir um ensino que competi com à realidade dos educandos. Todavia, seria um grande passo para garantir uma educação de qualidade e, assim, efetivar a agroecologia como prática pedagógica diferenciada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se então, o leque de abordagens que podem ser desencadeadas a partir da análise da agroecologia integrada ao âmbito rural, especificamente nos assentamentos de reforma agrária, em que há a produção agrícola em uma perspectiva natural, sem uso de agroquímicos, tendo como princípio e base para toda prática referente a produção, o meio ambiente e a sustentabilidade, uma vez que a preservação dos recursos naturais é de extrema importância para que haja não somente um desenvolvimento econômico, mas também humano e social.

A essa conjuntura se integra a educação do campo, que ao estar diretamente relacionada aos processos de produção agrícola das comunidades rurais, também traz para o âmbito escolar as discussões referentes a sustentabilidade, e isso em uma perspectiva prática, ou seja, trazer a realidade do aluno para a sala de aula, promovendo a troca de saberes e de vivências, uma vez

que os discentes e seus familiares estão diretamente incorporados ao processo de produção e de preservação do meio.

O Assentamento Zumbi dos Palmares ao preservar nascentes de água, ter porcentagem de seu terreno destinada a áreas de preservação e não utilizar agrotóxicos na produção agrícola, promove a conscientização de toda a comunidade, desde as famílias responsáveis pela produção agrícola até as pessoas que compram os alimentos na feira livre.

Apesar da discussão referente a agroecologia como metodologia de ensino nas escolas do campo ainda ser um grande desafio, as lutas por parte dos movimentos sociais e sindicais em superar as dificuldades estruturais é evidente. A formação adequada de professores, com capacitação pedagógica condizente com a realidade do campo é necessária. Incorporando ao processo de ensino e aprendizagem a realidade do aluno.

REFERÊNCIAS

COSTA, Rafaelle. Agroecologia nas escolas do campo: caminhos e metodologias. **MST**, Bahia, 20.Nov.2018.Disponível em:< <http://www.mst.org.br/2018/11/20/importancia-da-agroecologia-no-curriculo-das-escola-do-campo.html>>. Acesso em: 20 Outubro 2019.

CANDAU, Vera Mandau. Reinventar a escola. 6.ed. Petrópolis, RJ: vozes, 2008, 258 p.

CAUME, David José. O MST e os assentamentos de reforma agrária: a construção de espaços sociais e modelares. - Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo; Goiânia; Ed. Da Universidade Federal de Goiás, 2006. 304p.

CALDART, Roseli Salete. Pedagogia do movimento sem-terra. 4.ed. São Paulo: Expressão popular, 2012, 448 p.

CALDART, Roseli Salete. Escolas do campo e Agroecologia: uma agenda de trabalho com a vida, 2015, mimeo.

CUNHA, Geane Gonçalves de. Análise do processo de formação do Assentamento Zumbi dos Palmares, Mari/PB. 2011. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Geografia)- Universidade Estadual da Paraíba, Guarabira, 2011, 43 p.

GUHUR, D. M. P.; TONÁ, N. Agroecologia. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (org). Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, São Paulo: Expressão Popular, 2012. p.59-67.

VILLAR, J. P.; CARDOSO, I. M.; FERRARI, E. A.; DAL SOGLIO, F. K. Os caminhos da agroecologia no Brasil. In: GOMES, João Carlos Costa; ASSIS, William Santos de. (Org.). Agroecologia princípios e reflexões. 1. ed. Brasília: EMBRAPA, 2013. v. 1, p. 37.